
**Gestão urbana orientada para os stakeholders: uma análise da cidade de Romaria – MG
sob a ótica do EESSGG**

**Urban management oriented for stakeholders: an analysis of the city of Romaria – MG
from the perspective of EESSGG**

**Gestión urbana orientada a los grupos de interés: un análisis de la ciudad de Romaria –
MG desde la perspectiva de la EESSGG**

Mayara Abadia Delfino dos Anjos

PPGAdm - Universidade Federal de Uberlândia/FAGEN

mayaradelfino@hotmail.com

Cintia Rodrigues

PPGAdm - Universidade Federal de Uberlândia/FAGEN

cintia@ufu.br

Submissão: 06-06-2025

Aprovação: 08-07-2025

RESUMO

Este estudo aborda a incorporação da perspectiva dos stakeholders na gestão municipal de Romaria, MG, sob a ótica da estratégia de EESSGG para promover o desenvolvimento sustentável. O objetivo foi analisar como os gestores municipais integram os interesses dos stakeholders nas políticas públicas de Romaria. Utilizou-se uma abordagem qualitativa, com análise documental, além de dados do IDSC-BR. Os resultados indicam que a estratégia de EESSGG pode fortalecer a participação dos stakeholders na governança municipal, contribuindo para políticas mais inclusivas e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, foram identificadas limitações na efetividade da integração de todas as vozes dos stakeholders, sugerindo a necessidade de maior engajamento e transparência. A pesquisa contribui para a literatura sobre gestão pública e sustentabilidade, especialmente no contexto de pequenas cidades. Ela destaca a importância da estratégia de EESSGG e como ela pode ser adaptada para diferentes contextos municipais. Fornece recomendações práticas para gestores municipais sobre como melhorar a inclusão dos stakeholders, aumentar a transparência e promover o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Gestão municipal; Stakeholders, Estratégia EESSGG; Desenvolvimento sustentável; Romaria MG.

ABSTRACT

This study addresses the incorporation of the stakeholders' perspective in the municipal management of Romaria, MG, from the perspective of the EESSGG strategy to promote sustainable development. The objective was to analyze how municipal managers integrate the interests of stakeholders into public policies in Romaria. A qualitative approach was used, with documentary analysis and semi-structured interviews with municipal managers and representatives of different stakeholders, such as local communities, NGOs, companies, educational institutions, the health sector, tourists and rural producers. The results indicate that the EESSGG strategy can strengthen stakeholder participation in municipal governance, contributing to more inclusive policies aligned with the Sustainable Development Goals. However, limitations were identified in the effectiveness of integrating all stakeholder voices, suggesting the need for greater engagement and transparency. The research contributes to the literature on public management and sustainability, especially in the context of small cities. It highlights the importance of the EESSGG strategy and how it can be adapted to different municipal contexts. Provides practical recommendations for municipal managers on how to improve stakeholder inclusion, increase transparency and promote sustainable development.

Keywords: Municipal management; Stakeholders; EESSGG strategy; Sustainable development; Romaria MG.

RESUMEN

Este estudio aborda la incorporación de la perspectiva de los actores en la gestión municipal de Romaria, MG, desde la perspectiva de la estrategia de la EESSGG para promover el desarrollo sostenible. El objetivo fue analizar cómo los gestores municipales integran los intereses de los actores en las políticas públicas en Romaria. Se utilizó un enfoque cualitativo, con análisis documental y entrevistas semiestructuradas a gestores municipales y representantes de diferentes actores, como comunidades locales, ONG, empresas, instituciones educativas, sector salud, turistas y productores rurales. Los resultados indican que la estrategia EESSGG puede fortalecer la participación de las partes interesadas en la gobernanza municipal, contribuyendo a políticas más inclusivas alineadas con los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Sin embargo, se identificaron limitaciones en la eficacia de integrar todas las voces de las partes interesadas, lo que sugiere la necesidad de una mayor participación y transparencia. La investigación contribuye a la literatura sobre gestión pública y sostenibilidad, especialmente en el contexto de ciudades pequeñas. Destaca la importancia de la estrategia EESSGG y cómo se puede adaptar a diferentes contextos municipales. Proporciona recomendaciones prácticas para los administradores municipales sobre cómo mejorar la inclusión de las partes interesadas, aumentar la transparencia y promover el desarrollo sostenible.

Palabras clave: Gestión municipal; Actores interesados; Estrategia EESSGG; Desarrollo sostenible; Romaria MG.

1 INTRODUÇÃO

A gestão urbana orientada para os stakeholders, designada como Environmental, Economic, Social, Sustainability, Global City and Governance (EESSGG), potencializa a promoção do desenvolvimento sustentável em áreas urbanas (Beck, 2023). Isso significa que as decisões e ações relacionadas ao desenvolvimento urbano devem considerar os diversos interesses e necessidades das partes interessadas envolvidas, como moradores, empresas, organizações da sociedade civil e governo.

Lima et al. (2021) destacam que uma gestão inclusiva e participativa é o caminho para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organizações das Nações Unidas (ONU) em 2015. A Agenda Global 2030 da ONU é composta por 17 objetivos e 169 metas para promover um desenvolvimento que seja sustentável em todo o mundo, até 2030. Os benefícios dos ODS são abrangentes de modo a impactar diferentes áreas, como social, econômica e ambiental. Esses benefícios não apenas melhoram a qualidade de vida das pessoas, mas, também, contribuem para um mundo mais justo, seguro e sustentável para todos (Bernardi Zorzo *et al.*, 2022). Dessa forma, para alcançar o desenvolvimento sustentável de cidades e organizações é imprescindível entender as ações para que, assim, sejam desenvolvidas políticas com o intuito de atender os indicadores propostos para o alcance dos ODS.

A discussão sobre Educação para a Sustentabilidade e Governança Socioambiental e de Gestão (EESSGG) é relativamente recente no contexto acadêmico e prático brasileiro. Por esse motivo, muitos leitores podem não estar familiarizados com o conceito. A EESSGG refere-se ao conjunto de práticas, estratégias e processos educativos voltados para promover a compreensão, o desenvolvimento de competências e a adoção de comportamentos sustentáveis, integrando aspectos sociais, ambientais e de governança nas diferentes esferas da sociedade. Seu objetivo é capacitar indivíduos e organizações para atuarem de forma ética, responsável e alinhada aos princípios do desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, resilientes e ambientalmente equilibradas (Beck, 2023).

Apesar das dificuldades persistentes na efetivação da sustentabilidade em destinos turísticos, a Educação para a Sustentabilidade e Governança Socioambiental e de Gestão (EESSGG) se destaca como uma estratégia relevante nesse processo, justamente por considerar e integrar os diferentes interesses dos atores locais envolvidos. Assim, a EESSGG, ao articular educação, governança e sustentabilidade, oferece um caminho promissor para superar desafios históricos do setor, como a fragmentação de interesses e a baixa participação social, tornando a busca pela sustentabilidade mais concreta e adaptada à realidade de cada destino.

A cidade de Romaria, localizada em Minas Gerais, oferece um estudo de caso relevante para a aplicação do modelo EESSGG. A cidade é conhecida pela realização da tradicional Festa de Nossa Senhora da Abadia, que atrai milhares de visitantes anualmente. Apesar da visibilidade fornecida por este evento, a cidade enfrenta desafios significativos em termos de estrutura, planejamento e desenvolvimento sustentável. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades Brasileiras (IDCS-BR, 2024), Romaria encontra-se em uma definição de nível baixo no cumprimento dos ODS, o que destaca a necessidade de uma abordagem mais integrada e inclusiva na gestão urbana.

Uma possibilidade para alterar essa situação na cidade de Romaria é a adoção de uma abordagem de gestão urbana orientada para os stakeholders e alinhe suas estratégias de desenvolvimento com os ODS. Isso promoverá não apenas o crescimento sustentável, mas também o bem-estar da população local e a preservação de sua identidade cultural.

A relevância deste artigo reside na análise do desempenho da gestão urbana de Romaria, à luz da ação de EESSGG e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a utilização de dados secundários disponibilizados na base de dados do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) que mantém a ferramenta Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil. Trata-se de um estudo inédito sobre a cidade de Romaria – MG, entretanto, outros estudos já analisaram regiões e índices através da ferramenta IDCS-BR, como Lima *et al.*, (2021), que analisam o índice de desenvolvimento regional sustentável aplicados aos municípios da região metropolitana do Cariri; Moraes, Junckes e Zonatto (2023) que analisam o desempenho dos sete municípios do litoral do Paraná por ODS, baseado no relatório IDCS-BR; Gomes Rocha Ferreira *et al.*, (2022) que analisam o desenvolvimento sustentável das 27 capitais brasileiras a partir do IDCS; Oliveira, Coelho, Oliveira e Alves (2023) que compara o plano diretor participativo do Município de Petrolina com os resultados sobre ODS no relatório IDCS; Santos (2023) que analisou o cenário do ecossistema de inovação para bioeconomia no Estado do Pará através das ODS e relatórios do IDCS; Macedo, Wingert e Barbosa (2023) que confrontaram o crescimento econômico do município de Rondonópolis MT e o seu desenvolvimento sustentável através da ferramenta IDCS, entre outros.

A realização anual da Festa de Nossa Senhora da Abadia, apesar de trazer benefícios econômicos ao atrair turistas e movimentar o comércio local, também apresenta riscos à sustentabilidade. O aumento temporário da população demanda mais recursos e serviços, pressionando ainda mais a infraestrutura deficiente da cidade. Além disso, a festa gera desafios relacionados ao manejo de resíduos, ao uso intensivo de água e energia, e ao impacto ambiental. Diante da importância da gestão urbana orientada para os stakeholders para um desenvolvimento sustentável na cidade de Romaria - MG surge a seguinte questão: como os gestores municipais incorporam a perspectiva dos stakeholders na gestão em Romaria? O objetivo deste estudo é analisar como os gestores municipais incorporam a perspectiva dos stakeholders na gestão em Romaria. Essa pesquisa tem como suporte a estratégia de EESSGG que potencializa os resultados do município de Romaria – MG.

A pesquisa se justifica pela necessidade de compreender como a aplicação do EESSGG e as promoções das ODS podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da cidade, com o intuito de pensar em sua estruturação baseada em um desenvolvimento sustentável, ou seja, um crescimento planejado, sem agredir o meio ambiente, pensando no social, econômico e nas gerações futuras.

A relevância teórica deste estudo está em avançar o conhecimento sobre a aplicação prática de frameworks de gestão urbana, especificamente o EESSGG, e sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Este estudo amplia a compreensão sobre como esses frameworks podem ser utilizados para promover a sustentabilidade urbana. Do ponto de vista prático, os resultados deste estudo podem fornecer percepções valiosas para gestores públicos, líderes comunitários e outros stakeholders envolvidos na gestão urbana de Romaria – MG, bem como de outras cidades com características semelhantes. Socialmente, a pesquisa busca contribuir para a promoção de práticas mais sustentáveis e inclusivas na cidade, além de cumprir os objetivos da Agenda 2030, agindo diretamente nos aspectos econômico, social e ambiental. Isso beneficia tanto a população local quanto os visitantes, especialmente durante o mês de agosto, quando ocorre a grandiosa festa em louvor a Nossa Senhora da Abadia.

Esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: a introdução apresenta o tema, a problemática, o objetivo e a justificativa da pesquisa. Em seguida, o referencial teórico aborda a perspectiva teórica dos stakeholders, a comparação entre Environment Social Governance (ESG) e EESSGG, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da ONU. Na quarta parte, são descritos os procedimentos metodológicos, apontando quais métodos são

utilizados na pesquisa e a utilização da ferramenta IDCS – BR. Na quinta parte, são apresentados e analisados os resultados encontrados, destacando as interações com stakeholders e EESSGG. Por último, são apresentadas as considerações finais, abordando se a problemática foi respondida e se os objetivos foram atendidos.

2 A PERSPECTIVA TEÓRICA DOS STAKEHOLDERS

Robert Edward Freeman é amplamente reconhecido como uma figura proeminente na revisão acadêmica de artigos científicos sobre a literatura dos stakeholders, principalmente devido ao seu pioneirismo na teoria dos stakeholders (Marzzoni et al., 2021). De acordo com Freeman (1984), os stakeholders são definidos como qualquer grupo ou indivíduo que possa influenciar ou ser influenciado pelo alcance dos objetivos de uma organização. Em um estudo posterior, Freeman e McVea (2006) expandiram essa definição, descrevendo os stakeholders como os grupos essenciais para a sobrevivência e o sucesso das organizações.

A teoria dos stakeholders deve ser considerada uma abordagem significativa dentro da administração. Ela surgiu para enfrentar três desafios empresariais fundamentais: compreender como o valor é criado e comercializado, conectar a ética ao capitalismo e fornecer um quadro de gestão que aborde esses desafios. Inicialmente aplicada no contexto da gestão estratégica, a teoria dos stakeholders expandiu-se para áreas como a teoria organizacional e a ética empresarial (Freeman, 2010).

O objetivo principal das partes interessadas em uma organização é identificar quem são e qual é o impacto delas na organização. Conforme sugerido pela teoria dos stakeholders, é possível identificá-las e categorizá-las usando ferramentas que facilitam essa visualização. Os stakeholders têm um papel fundamental no sucesso ou fracasso de uma organização, e a identificação e categorização adequadas deles influenciam diretamente o posicionamento e as estratégias de relacionamento com o cliente, afetando a imagem da organização perante a sociedade. Uma parte interessada é alguém envolvido com a organização em busca de benefícios, e a teoria dos stakeholders não se limita aos gerentes, pois eles não são os únicos responsáveis pelo controle da organização (Ramada et al., 2023).

A gestão de stakeholders tornou-se cada vez mais central nas estratégias organizacionais, integrando o conceito de criação de valor para os stakeholders. Esse princípio é conhecido como Teoria da Criação de Valor para os Stakeholders (VCST) e argumenta que a empresa alcança seu valor ideal quando também gera o máximo valor para seus stakeholders (Freeman, Harrison & Wicks, 2007; Freeman et al., 2010). Além disso, a teoria dos stakeholders proporciona uma oportunidade de reinterpretar diversos conceitos, modelos e fenômenos presentes em várias disciplinas, como economia, administração pública, finanças, filosofia, marketing, gestão e outras (Harrison, Freeman & Abreu, 2015).

Dentro desse contexto, a teoria dos stakeholders busca enfatizar a relevância das interações entre a organização e diversos atores, como clientes, fornecedores, empregados e comunidades. Essa perspectiva representa uma mudança de paradigma ao questionar a tese de que a principal finalidade dos negócios é gerar riqueza para os acionistas. A teoria defende que a empresa deve criar valor para todas as partes interessadas, não apenas para os acionistas (Freeman, 2020). Embora o tema tenha sido explorado desde a década de 1980, como no trabalho de Freeman (1984), ele permanece relevante, pois a gestão de stakeholders continua a ser vital no século XXI, de acordo com Freeman (2020), pois a sobrevivência das organizações depende de sua habilidade em gerenciar relacionamentos com uma vasta rede de atores.

De acordo com Carroll e Buchholtz (2011), uma gestão eficaz de stakeholders exige a adoção de medidas que respondam a perguntas essenciais, tais como: i) quem são os

stakeholders; e ii) quais estratégias ou ações a organização deve implementar em relação a esses atores. Nesse sentido, é crucial identificar esses atores e as estratégias que utilizam para influenciar a organização, o que leva às definições de stakeholders e aos modelos mais recorrentes na literatura para identificação e análise desses atores, descritos a seguir.

Nos anos 2000, surgiram definições que contribuíram para esclarecer que os stakeholders exercem poder e influência, podendo utilizar esse poder para afetar o comportamento e o desempenho das organizações. Esses atores também criam e capturam valor econômico através de suas interações com a organização (Menezes, Vieira e Santos, 2020).

Compreender a teoria dos stakeholders e sua aplicação prática é essencial para qualquer organização que busca a sustentabilidade em longo prazo. A gestão eficaz dos stakeholders não apenas melhora os relacionamentos e o desempenho organizacional, mas, também, é um pilar fundamental em abordagens mais amplas de sustentabilidade, como as práticas ESG e EESSGG. Enquanto o ESG se concentra em critérios ambientais, sociais e de governança para avaliar a sustentabilidade e o impacto ético de uma organização, o EESSGG expande esse foco para incluir dimensões adicionais, como a sustentabilidade urbana e a governança global. A seguir, exploraremos as diferenças e intersecções entre ESG e EESSGG, e como essas abordagens podem ser integradas para promover um desenvolvimento urbano mais inclusivo e sustentável.

3 ESG VERSUS EESSGG

As considerações ambientais, sociais e de governança (Environmental, Social and Governance [ESG]) estão cada vez mais presentes nas decisões empresariais, influenciando as práticas adotadas e as expectativas de desempenho e retorno da sociedade e dos stakeholders. O conceito de ESG abrange uma ampla gama de questões, desde a sustentabilidade ambiental até a responsabilidade social e práticas de governança, que justificam a implementação de critérios e práticas que orientam o papel e a responsabilidade das empresas em relação a esses fatores (Irigaray e Stocker, 2022).

Embora o termo ESG tenha sido cunhado apenas em 2005, no relatório "Who Cares Wins" liderado pela ONU, a base teórica e conceitual de muitos estudos sobre ESG, tanto acadêmicos quanto não acadêmicos, remonta à ideia de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Outra contribuição significativa para o embasamento do debate atual sobre ESG é o relatório Brundtland de 1987, "Nosso Futuro Comum", coordenado pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento introduziu o conceito de desenvolvimento sustentável, que já vinha sendo discutido desde os anos 1970 (Irigaray e Stocker, 2022).

A governança ambiental abarca as práticas empresariais relacionadas à sustentabilidade ambiental e ao manejo responsável dos recursos naturais. Isso inclui a implementação de medidas para reduzir o impacto ambiental das operações, como a diminuição das emissões de carbono, a conservação da água e da biodiversidade, a gestão eficaz de resíduos, o uso sustentável de recursos naturais, a adoção de fontes de energia renováveis e a conformidade com regulamentações ambientais (Belinky, 2021).

Já a governança social está ligada ao compromisso das empresas com a responsabilidade social e seu efeito nas comunidades e na sociedade em geral. Isso envolve políticas e práticas relacionadas à diversidade e inclusão, direitos humanos, condições de trabalho justas e seguras, saúde e segurança fora do ambiente de trabalho, bem-estar dos funcionários, investimento na comunidade e responsabilidade social corporativa. Empresas que priorizam a governança social

frequentemente implementam programas de responsabilidade social empresarial para mostrar seu comprometimento com o bem-estar social (Belinky, 2021).

Por fim, a governança corporativa trata dos sistemas e processos utilizados para dirigir e controlar as empresas, garantindo transparência, responsabilidade, equidade e ética na gestão. Isso inclui a composição e independência do conselho de administração, a estrutura de remuneração dos executivos, a divulgação de informações financeiras e não financeiras, a gestão de riscos, a conformidade regulatória e a participação dos acionistas nas decisões corporativas (Belinky, 2021).

A governança ESG tem um impacto significativo no desempenho financeiro, na confiança da marca, na gestão de riscos e no envolvimento das partes interessadas nas organizações. Empresas que adotam práticas responsáveis em relação aos aspectos sociais, ambientais e de governança tendem a ser mais resilientes a riscos financeiros e operacionais. Elas também têm mais chances de atrair investidores éticos e consumidores conscientes, melhorando sua reputação no mercado. Além disso, a integração eficaz dos princípios ESG pode levar a uma gestão mais eficiente de riscos e a um maior engajamento e satisfação dos stakeholders (Belinky, 2021).

O conceito de ESG (Environmental, Social and Governance) evoluiu de uma demanda do mercado financeiro por métricas que avaliem riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade, tornando-se referência global em práticas corporativas responsáveis (Krosinsky & Robins, 2012; OECD, 2025). Relatórios ESG, baseados em padrões como GRI e TCFD, promovem transparência, comparabilidade e accountability, sendo cada vez mais exigidos por investidores e reguladores (Schoenmaker & Schramade, 2018). Entretanto, críticas recentes apontam que a abordagem ESG, ao focar em métricas e compliance, pode limitar o potencial transformador da sustentabilidade (Pollman e Fabisik, 2022).

O método EESSGG é uma ferramenta desenvolvida na pesquisa de Beck (2023). Essa abordagem combina os princípios de Sustentabilidade Ambiental, Econômica e Social, juntamente com questões de governança para orientar a gestão urbana de forma mais abrangente e sustentável. O método EESSGG visa criar valor para as partes interessadas urbanas e promover o desenvolvimento urbano de maneira equilibrada e inclusiva. Esse ponto de vista é fundamental para a gestão urbana sustentável. Ao contrário das empresas, a gestão urbana lida com uma variedade mais ampla de questões e é mais complexa, não se baseando em fins lucrativos. Para os governos locais, adotar princípios EESSGG significa criar valor para as partes interessadas urbanas, como moradores, organizações locais e empresas, bem como para as redes urbanas de recursos técnicos e humanos. Essa abordagem visa promover o desenvolvimento urbano de forma sustentável, levando em consideração não apenas aspectos ambientais, mas também econômicos, sociais e de governança (Beck, 2023).

A gestão urbana baseada nos valores e medidas da abordagem EESSGG é mais adequada do que a abordagem clássica ESG (Ambiental, Social e Governança) para orientar as partes interessadas nas cidades. Isso ocorre porque as cidades enfrentam desafios únicos, que vão além do escopo das empresas. A abordagem EESSGG reconhece essa complexidade e diversidade de questões urbanas, oferecendo um quadro abrangente e holístico para a gestão urbana sustentável. Ao integrar os princípios de sustentabilidade ambiental, econômica e social, juntamente com considerações de governança, as cidades podem se tornar mais resilientes, inclusivas e eficientes em seu desenvolvimento (Beck, 2023).

Para operacionalizar o método, Beck (2023) sugere a análise em três dimensões principais: 1) Ambiental: Gestão eficiente dos recursos naturais, destinação adequada de resíduos, mitigação de impactos ambientais e promoção da biodiversidade. 2) Social: Inclusão de diferentes grupos sociais, promoção da equidade, participação comunitária, fortalecimento

do capital social e acesso a direitos básicos. 3) Governança: Estruturas decisórias transparentes, participação dos stakeholders, responsabilidade institucional, controle social e monitoramento de resultados

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que todas as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estes objetivos são o foco das contribuições das Nações Unidas para alcançar a Agenda 2030 no Brasil. O plano de ação, conhecido como "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", consiste em 17 metas distintas, selecionadas por abordarem os principais desafios globais a serem enfrentados e resolvidos até o ano de 2030 (Bernadi Zorzo et al., 2022).

A articulação entre EESSGG e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é crucial para promover um desenvolvimento urbano verdadeiramente inclusivo e sustentável. Ao incorporar os princípios do EESSGG, as cidades podem alinhar suas estratégias de desenvolvimento urbano com os ODS, assegurando que todas as dimensões de sustentabilidade sejam consideradas. Por exemplo, o foco em governança global e cidades sustentáveis no EESSGG complementa diretamente o ODS 11, que visa tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Além disso, o enfoque econômico e social do EESSGG suporta objetivos como erradicação da pobreza (ODS 1) e redução das desigualdades (ODS 10).

Os líderes mundiais se comprometeram em uma ação conjunta e esforços unificados em uma ampla e abrangente agenda política, a denominada Agenda 2030, que representa um marco para o desenvolvimento sustentável e colaborativo, visando a evolução cooperativa e tecnológica global. Sua implementação traz benefícios tanto para as gerações presentes quanto para as futuras, e sua introdução na sociedade será realizada de forma consistente e segura, em conformidade com as obrigações das leis internacionais (Bernadi Zorzo et al., 2022)

A Agenda 2030 aborda três elementos cruciais de forma interligada. Primeiramente, busca a universalidade dos objetivos e metas, reconhecendo as diferenças entre países e regiões. Além disso, enfatiza a integração de políticas sociais, econômicas e ambientais. Por fim, destaca o princípio de "não deixar ninguém para trás", com o objetivo de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades. Essa abordagem equilibrada e integrada visa enfrentar os desafios contemporâneos para o desenvolvimento sustentável (Pimentel, 2019).

Um aspecto relevante é a ênfase na garantia dos direitos humanos e na promoção da igualdade de gênero, considerados fundamentais para reduzir as disparidades entre os povos e maximizar a interconexão entre as dimensões social, econômica e ambiental. O desenvolvimento social do planeta enfrenta desafios como mudanças climáticas, desigualdades sociais, injustiças e a persistência da extrema pobreza em grupos vulneráveis (Pimentel, 2019).

Assim, é possível traçar as intersecções e convergências existentes entre ESG e EESSGG, que pode ser melhor visualizado no quadro 1:

Quadro 1 – Intersecções e Convergências ESG versus EESSGG

Critério/Dimensão	ESG (Environmental, Social and Governance)	EESSGG (Educação para a Sustentabilidade e Governança Socioambiental e de Gestão)	Intersecções/Convergências
Origem	Setor privado, mercado financeiro, investidores	Educação, políticas públicas, gestão socioambiental	Ambos buscam promover práticas sustentáveis

Critério/Dimensão	ESG (Environmental, Social and Governance)	EESGG (Educação para a Sustentabilidade e Governança Socioambiental e de Gestão)	Intersecções/Convergências
Foco principal	Avaliação de riscos e oportunidades para negócios	Transformação social e ambiental via educação e governança	Sustentabilidade como eixo central
Dimensões	Ambiental, Social, Governança	Ambiental, Social, Governança, Educação	Dimensões ambiental, social e de governança
Abordagem	Normativa, baseada em indicadores e métricas	Formativa, baseada em processos educativos e participação social	Uso de indicadores e processos participativos
Público-alvo	Empresas, investidores, mercado	Comunidades, setor público, instituições de ensino, sociedade civil	Envolvimento de múltiplos atores
Instrumentos	Relatórios, métricas, índices de desempenho	Projetos educativos, fóruns participativos, políticas públicas	Ferramentas de monitoramento e avaliação
Objetivo final	Mitigar riscos, atrair investimentos, valor de mercado	Promover cidadania, corresponsabilidade e mudanças estruturais	Desenvolvimento sustentável e ética

Fonte: Autoras (2024)

A integração dos princípios ESG nas práticas empresariais e governamentais é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, garantindo transparência, responsabilidade social e ambiental, e eficiência na gestão dos recursos naturais e humanos. A base conceitual do ESG remonta à Responsabilidade Social Empresarial (RSE) e ao conceito de desenvolvimento sustentável, destacando a importância da governança ambiental, social e corporativa. A abordagem EESGG proposta por Beck (2023) amplia essa visão, reconhecendo a complexidade e diversidade das questões urbanas e oferecendo um quadro abrangente para orientar a gestão urbana de forma inclusiva e equilibrada. A integração eficaz dos princípios ESG e EESGG pode contribuir significativamente para a melhoria do desempenho financeiro, reputação e engajamento das partes interessadas, tanto em organizações públicas quanto privadas, visando um desenvolvimento mais sustentável e resiliente.

A revisão da literatura destacou a relevância da teoria dos stakeholders, proposta por Robert Edward Freeman, que enfatiza a criação de valor para todas as partes interessadas como fundamental para a sustentabilidade organizacional. Além disso, a comparação entre ESG (Environmental, Social, and Governance) e EESGG (Environmental, Economic, Social, and Governance Governance) revelou que EESGG oferece uma abordagem mais abrangente e adequada para a gestão urbana, abordando a complexidade e diversidade das questões urbanas. A aplicação desses conceitos para avaliar e orientar as práticas de gestão urbana em Romaria - MG, tem potencial para promover um desenvolvimento urbano sustentável e alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo que os interesses de todos os stakeholders sejam considerados e atendidos. O conceito de desenvolvimento sustentável adotado neste trabalho parte da definição clássica do Relatório Brundtland (1987), que entende o desenvolvimento sustentável como aquele que “procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Romaria, capital regional da fé, é uma pequena cidade com pouco mais de três mil habitantes, mas sua importância transcende suas fronteiras. Todos os anos, o município recebe uma multidão de devotos, principalmente do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas também de várias partes de Minas Gerais, assim como de estados como Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo e de todo o Brasil. Estima-se que o número de visitantes já ultrapassou 100 mil pessoas, com cerca de 50 mil apenas no dia 15 de agosto, data de grande celebração. Esses números continuam a crescer a cada ano, não apenas durante a festa da padroeira, mas também devido a outros eventos religiosos e populares que acontecem ao longo do ano no santuário (dos Anjos, 2013).

Ao buscar o município de Romaria – MG, na ferramenta IDCS – BR, a pontuação geral do Município é de 45,56 em uma escala que vai de 0 a 100, assim sua classificação geral é a de 3.180 lugar entre os 5.570 municípios brasileiros e o nível de desenvolvimento sustentável é considerado baixo (IDCS, 2024).

Dos 17 objetivos, 1 objetivo está classificado como muito alto que é a ODS 7 - Energias Renováveis e Acessíveis; 06 objetivos estão classificados como alto que são as ODS 03 - Saúde de Qualidade, 08 - Trabalho Digno e Crescimento Econômico, 10 - Reduzir as Desigualdades, 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, 12 - Produção e Consumo sustentáveis e 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes; 02 objetivos estão classificados como médios: 01 - erradicar a pobreza e 04 - educação de qualidade; 01 objetivo considerado baixo: 02 - erradicar a fome; 06 objetivos muito baixo: 05 - igualdade de gênero, 06 - água potável e saneamento, 09 - Indústria, inovação e infraestrutura, 13 - ação climática, 15 - proteger a vida terrestre e 17 - parcerias para a implementação dos objetivos (IDCS, 2024)

As avaliações de cada ODS podem ser mais bem verificadas na figura 1:

Figura 1: Avaliação ODS



Fonte: IDCS (2024)

Este estudo, quanto à abordagem da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Quanto aos meios de pesquisa, a pesquisa é documental, utilizando dados secundários disponíveis publicamente. A coleta de dados será feita através da ferramenta IDCS-BR, que disponibiliza indicadores de desenvolvimento sustentável das cidades brasileiras, disponível no endereço eletrônico <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/profiles/3156403/> onde encontram-se os dados relacionados a cidade de Romaria - MG.

O IDCS-BR é uma ferramenta voltada para a gestão pública e a ação política, incentivando a atualização constante de dados das cidades para aprimorar seu desempenho em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pontuação do IDCS-BR varia de 0 a 100, e os valores mais próximos de 100 indicam um desempenho excelente. O mesmo

conjunto de indicadores é utilizado para todas as cidades, permitindo a comparação das pontuações e classificações. A ferramenta do IDCS-BR utiliza 100 indicadores relacionados aos 17 ODS, gerando uma pontuação para cada cidade a partir dos dados coletados. Quanto mais indicadores forem cumpridos, mais metas dos ODS são atingidas, resultando em uma pontuação mais alta (IDCS-BR, 2024). Nesta pesquisa, foi considerado apenas os dados referentes à cidade de Romaria – MG.

A análise de dados deste estudo envolveu uma análise de conteúdo dos dados coletados para identificar as práticas de gestão urbana em Romaria - MG, seguida pela comparação desses dados com a estratégia de EESSGG para avaliar a orientação da gestão urbana para os stakeholders. Em seguida, serão avaliados os resultados do município em relação ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), utilizando os indicadores disponibilizados pela ferramenta IDCS-BR. Este método permitiu examinar os indicadores dos ODS, categorizando e codificando as informações específicas para identificar padrões e insights sobre a eficácia da gestão urbana, proporcionando uma visão clara das áreas de sucesso e das oportunidades de melhoria.

As categorias analíticas foram pré-estabelecidas considerando os objetivos da pesquisa e a revisão da literatura: Acionistas, consumidores, concorrentes, mídia, funcionários, sindicatos, ambientalistas, fornecedores, governo e organizações da comunidade local, os stakeholders. Para essa pesquisa, os stakeholders da cidade de Romaria - MG podem ser categorizados nos seguintes grupos, conforme tabela 1:

Quadro 2 - Grupos de Stakeholders e Palavras-Chave

Stakeholders	Características	Indicadores
1. Moradores e Comunidades Locais	Incluem residentes permanentes, comunidades vulneráveis, e grupos específicos como jovens, idosos, e famílias de baixa renda. Eles são diretamente afetados pelas políticas urbanas e pela qualidade dos serviços públicos.	Inclusão social, qualidade de vida, moradia, segurança
1. Organizações Não Governamentais (ONGs) e Sociais	Grupos que atuam na promoção de direitos humanos, proteção ambiental, desenvolvimento social, e outras áreas de interesse público.	Direitos humanos, igualdade, advocacy, justiça social
3. Empresas Locais e Comerciantes	Pequenas e médias empresas, empreendedores e comerciantes que operam na cidade. Eles têm interesse em políticas que afetem o ambiente de negócios, infraestrutura e desenvolvimento econômico.	Emprego, inovação, economia local, consumo responsável
4. Setor Público	Inclui órgãos governamentais locais e regionais, funcionários públicos, e representantes eleitos. Eles são responsáveis pela implementação de políticas, regulamentação, e governança urbana.	Governança, políticas públicas, participação, parcerias
5. Instituições Educacionais	Escolas que podem contribuir com conhecimento, para o desenvolvimento sustentável da cidade.	Educação de qualidade, capacitação, pesquisa, cooperação
6. Setor de Saúde	Hospitais, clínicas, e profissionais de saúde que desempenham um papel crucial na garantia da saúde pública e bem-estar dos moradores.	Saúde pública, bem-estar, saneamento, parcerias
7. Turistas e Visitantes	Como Romaria é conhecida pela tradicional Festa de Nossa Senhora da Abadia, os turistas e visitantes constituem um grupo importante de stakeholders, influenciando a economia local e demandando infraestrutura adequada.	Turismo sustentável, infraestrutura, cultura, serviços
8. Agricultores e Produtores Rurais	Stakeholders envolvidos na produção agrícola e atividades rurais, que são essenciais para a economia local e enfrentam desafios específicos relacionados ao uso sustentável da terra e recursos naturais.	Agricultura sustentável, produção, uso da terra, biodiversidade

9. Meio Ambiente e Recursos Naturais	Embora não sejam stakeholders humanos, os recursos naturais (como água, solo, e biodiversidade) são vitais para a sustentabilidade da cidade. Organizações de proteção ambiental frequentemente representam esses interesses.	Água, clima, conservação, biodiversidade, proteção ambiental
--------------------------------------	---	--

Fonte: Autora da Pesquisa (2024)

Assim, conseguiremos entender, baseado nos indicadores ligar aos ODS que os grupos de stakeholders estão sendo atendidos e incorporados na gestão urbana da cidade. A análise de conteúdo foi realizada em etapas, começando pela identificação da ferramenta IDCS. A análise considerou as perspectivas dos stakeholders, incluindo moradores, empresas locais, turistas e gestores públicos, permitindo uma compreensão abrangente das práticas de gestão urbana e das áreas que necessitam de melhoria para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo em Romaria, com suporte do EESSGG.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para operacionalizar a análise, inicialmente, categorizamos cada grupo de stakeholders conforme os ODSs que lhe são mais relevantes. A seguir, no quadro 3, os stakeholders estão associados aos ODS mais pertinentes às suas necessidades e interesses:

Quadro 3 - Grupo de Stakeholders e ODS relacionadas

Grupo de Stakeholders	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
1. Moradores e Comunidades Locais	ODS 1: Erradicação da Pobreza ODS 3: Saúde e Bem-Estar ODS 4: Educação de Qualidade ODS 6: Água Potável e Saneamento ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis
2. Organizações Não Governamentais (ONGs) e Sociais	ODS 10: Redução das Desigualdades ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação
3. Empresas Locais e Comerciantes	ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura ODS 12: Consumo e Produção Responsáveis
4. Setor Público	ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação
5. Instituições Educacionais e de Pesquisa	ODS 4: Educação de Qualidade ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima
6. Setor de Saúde	ODS 3: Saúde e Bem-Estar ODS 6: Água Potável e Saneamento ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis
7. Turistas e Visitantes	ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis
8. Agricultores e Produtores Rurais	ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável ODS 6: Água Potável e Saneamento ODS 15: Vida Terrestre
9. Meio Ambiente e Recursos Naturais	ODS 6: Água Potável e Saneamento ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima ODS 14: Vida na Água ODS 15: Vida Terrestre

Fonte: Autoras (2024)

A ferramenta IDCS – BR classifica as ODS de acordo com os objetivos atingidos ou não. As classificações são, conforme quadro 4:

Quadro 4 - Classificações ODS de acordo com objetivo atingido

Alto	Indica que o município alcançou ou superou o valor considerado ideal para o indicador, demonstrando um bom desempenho naquela área específica do ODS.
Médio	Reflete um desempenho moderado, onde o município atingiu uma parte significativa do valor ideal, mas pode necessitar de melhorias para alcançar plenamente as metas estabelecidas.
Baixo	Indica que o município não alcançou a meta estabelecida, ficando abaixo do valor ideal esperado para o indicador. Sugere a necessidade de políticas e ações mais eficazes para melhorar os resultados.
Muito baixo	Mostra um desempenho significativamente abaixo do esperado, indicando desafios substanciais que precisam ser abordados urgentemente para melhorar o resultado do indicador dentro do contexto do ODS.

Fonte: Autora da Pesquisa (2024)

Essas categorias possibilitam avaliar e comparar o progresso dos municípios em relação aos ODS, fornecendo contribuições importantes para orientar políticas públicas e estratégias de desenvolvimento sustentável.

No quadro 5 é possível verificar a classificação de cada ODS e análise dos indicadores das ODS no município de Romaria.

Quadro 5 – Classificações ODS no município de Romaria – MG

ODS	Avaliação Geral	Análise dos Indicadores
ODS 1 - Erradicação da Pobreza	Média	Cadastro Único com boa cobertura, mas alta proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza. Necessidade de ampliar acesso a benefícios sociais.
ODS 2 – Erradicar a Fome	Baixo	Bons índices em obesidade e desnutrição infantil, mas baixa adesão à agricultura familiar e orgânica. Incentivar políticas de apoio ao produtor.
ODS 3 – Saúde de Qualidade	Alto	Cobertura vacinal próxima da meta, mortalidade infantil zerada, mas alta incidência de dengue e baixa cobertura de saúde da família. Investir em prevenção e ampliação da atenção básica.
ODS 4 – Educação de Qualidade	Média	Bom acesso à escola e recursos de acessibilidade, mas altos índices de analfabetismo e evasão escolar. Necessidade de políticas para permanência e formação de professores.
ODS 5 – Igualdade de Gênero	Muito Baixo	Taxa de feminicídio zerada, mas baixa presença de mulheres na política e desigualdade salarial. Fomentar políticas de equidade e participação feminina.
ODS 6 – Água Potável e Saneamento	Muito Baixo	Falta de água tratada e esgotamento sanitário. Priorizar investimentos em infraestrutura básica.
ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis	Muito Alto	Cobertura universal de energia elétrica e baixa vulnerabilidade climática. Manter e expandir práticas sustentáveis.
ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Econômico	Alto	Baixa taxa de desemprego, mas desafios na inclusão de jovens no mercado de trabalho. Incentivar qualificação e oportunidades para jovens.
ODS 9 – Indústria,	Muito Baixo	Baixo investimento em infraestrutura e empregos em tecnologia. Necessidade de políticas de inovação e capacitação tecnológica.

ODS	Avaliação Geral	Análise dos Indicadores
Inovações e Infraestruturas		
ODS 10 – Reduzir as Desigualdades	Alto	Desigualdade de renda e violência contra grupos vulneráveis persistem. Políticas de inclusão e combate à violência são urgentes.
ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis	Alto	Boa infraestrutura esportiva e habitação adequada, mas altos índices de mortes no trânsito. Priorizar segurança viária.
ODS 12 – Consumo e Produções Responsáveis	Alto	Falta de dados sobre resíduos sólidos. Melhorar monitoramento e coleta seletiva.
ODS 13 – Ação Climática	Muito Baixo	Apenas um indicador atende à meta. Necessidade de estratégias de redução de emissões e prevenção a desastres.
ODS 14 – Proteger a vida marinha	Alto	Falta de informações relevantes.
ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre	Muito Baixo	Baixa proteção de áreas naturais. Ampliar unidades de conservação e financiamento ambiental.
ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Alto	Segurança pública positiva, mas governança e transparência insuficientes. Investir em políticas de participação e controle social.
ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos	Muito Baixo	Baixa arrecadação e poucos investimentos públicos. Fomentar parcerias e diversificação de receitas.

Fonte: IDCS (2024)

A abordagem EESSGG proposta por Beck (2023) enfatiza a importância da governança urbana sustentável, integrando os princípios de sustentabilidade ambiental, econômica, social e de governança. Essa abordagem pode contribuir para a melhoria dos resultados dos ODS, pois oferece uma visão holística e integrada do desenvolvimento urbano. Por isso, essa abordagem será utilizada como suporte dessas análises e resultados.

A abordagem holística de Sachs (2019) destaca a importância de integrar políticas sociais, econômicas e ambientais para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O autor argumenta que o desenvolvimento econômico deve ser acompanhado por políticas que promovam a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, ressaltando que o progresso em uma área pode impulsionar outras. Ele enfatiza a necessidade de tecnologias limpas, práticas agrícolas sustentáveis e a conservação dos recursos naturais. Além disso, sublinha a importância da colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil e a comunidade internacional para enfrentar desafios globais de forma interconectada e eficaz, promovendo parcerias que mobilizem recursos e compartilhem conhecimentos para implementar soluções integradas e sustentáveis. No contexto de Romaria, essa abordagem é particularmente relevante para os gestores municipais ao incorporar a perspectiva dos stakeholders

Para cada grupo de stakeholders em Romaria - MG, é fundamental avaliar o progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) correspondentes. A análise a seguir apresenta a situação dos indicadores para cada stakeholder e os respectivos ODS.

Quanto ao grupo 1. Moradores e Comunidades Locais, temos alguns pontos importantes a serem destacados: Na ODS 1: Erradicação da Pobreza temos Famílias inscritas no Cadastro Único: Médio (78,07% vs. 87%); Pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família: Baixo (53,43% vs. 80,5%); Pessoas abaixo da linha da pobreza no CAD Único pós Bolsa Família: Muito Baixo (64,94% vs. 21,48%) e Pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo: Alto (1,81% vs. 4,45%). Na ODS 3: Saúde e Bem-Estar temos Indicadores variados com um cenário misto: taxa de mortalidade infantil (0), gastos per capita em saúde (1876,66 reais), porém, problemas sérios como dengue e cobertura de saúde da família. Na ODS 4: Educação de Qualidade temos alto desempenho em algumas áreas (acesso à internet, infraestrutura escolar), mas problemas significativos em alfabetização e recursos para atendimento especializado. Na ODS 6: Água Potável e Saneamento encontra-se muito Baixo desempenho: ausência de tratamento de esgoto e abastecimento de água. E na ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis temos mistos: altos índices de segurança viária, mas boa infraestrutura esportiva.

Sachs (2019) argumenta que políticas econômicas não podem ser desenvolvidas isoladamente de políticas sociais. Por exemplo, o crescimento econômico deve ser acompanhado de políticas que promovam a inclusão social, reduzam a pobreza e melhorem a qualidade de vida das populações vulneráveis. A educação e a saúde são áreas críticas onde a integração é essencial. Políticas econômicas que incentivem o desenvolvimento desses setores são vitais para criar uma sociedade mais equitativa e produtiva. O autor ainda destaca que os ODS são interdependentes e que o progresso em uma área pode influenciar positivamente outras. Por exemplo, a erradicação da pobreza (ODS 1) está intimamente ligada à qualidade da educação (ODS 4), ao acesso à água potável e saneamento (ODS 6). Políticas integradas ajudam a criar sinergias onde os avanços em uma meta apoiam e reforçam o progresso em outras.

Para os moradores e comunidades locais, isso significa que suas necessidades e aspirações devem ser consideradas nas políticas de desenvolvimento urbano, garantindo que o crescimento econômico não comprometa a qualidade de vida nem o meio ambiente. A participação ativa desses stakeholders é essencial para identificar prioridades locais, promover a coesão social e implementar práticas sustentáveis que reflitam os valores e a cultura da comunidade, promovendo assim um desenvolvimento integrado e sustentável.

No grupo 2. Organizações Não Governamentais (ONGs) e Sociais alguns pontos merecem atenção: A ODS 10: Redução das Desigualdades aponta indicadores problemáticos: renda dos 20% mais pobres (5,62% vs. 10%), coeficiente de Gini (0,54 vs. 0,3). Na ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes, os dados apontam uma governança com desafios significativos: combate à corrupção (42,86 vs. 80), promoção de direitos humanos (42,86 vs. 80). Na ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação os indicadores estão muito Baixo: total de receitas municipais arrecadadas (3,25 vs. 19,73).

Kumi et al. (2020) destacam a colaboração intersetorial como fundamental para a implementação eficaz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando a necessidade de parcerias robustas entre diversos setores da sociedade. No contexto de Romaria, essa abordagem se alinha especialmente ao envolvimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades sociais como stakeholders chave. As ONGs desempenham um papel crucial ao atuar como pontes entre o governo, a comunidade e outros atores, facilitando a cooperação e a troca de conhecimentos para promover o desenvolvimento sustentável local. Elas são capazes de oferecer expertise técnica, mobilizar recursos adicionais e representar os interesses da comunidade junto aos decisores políticos.

Para implementar efetivamente os ODS em Romaria, é essencial que as parcerias com as ONGs sejam estratégicas e colaborativas. Isso inclui o estabelecimento de plataformas de

diálogo e governança compartilhada, onde as ONGs possam contribuir com suas capacidades únicas, como educação ambiental, e gestão de projetos sociais. Através dessas parcerias, as ONGs podem ajudar a fortalecer a capacidade local de monitorar e avaliar o progresso em relação aos ODS, garantindo que as ações adotadas sejam sensíveis às necessidades e aspirações da comunidade de Romaria. Além disso, as ONGs podem promover a inclusão social e a participação democrática, empoderando os cidadãos locais para se envolver ativamente na formulação e implementação de políticas públicas que afetam suas vidas e ambiente.

Em relação ao grupo 3. Empresas Locais e Comerciantes, alguns pontos devem ser levados em consideração: ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico indicam resultados mistos: PIB per capita (49.001,23 reais vs. 38.000 reais) alto, mas desemprego juvenil (6,36% vs. 5,18%) elevado e a ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestrutura resultado muito Baixo em investimento em infraestrutura urbana e empregos formais em atividades intensivas em conhecimento e tecnologia.

Porter e Kramer (2019) argumentam que a responsabilidade social corporativa (RSC) e a criação de valor compartilhado são estratégias cruciais para as empresas alinharem seus objetivos comerciais com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas abordagens não apenas buscam gerar lucro, mas também criar impactos positivos na sociedade e no meio ambiente onde operam. No contexto de Romaria, as empresas locais e comerciantes têm um papel fundamental como stakeholders no avanço dos ODS. Ao integrar práticas de RSC e valor compartilhado em suas operações, essas empresas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

As empresas locais podem adotar estratégias que vão desde a redução de emissões de carbono e uso responsável dos recursos naturais até iniciativas de inclusão social e desenvolvimento de cadeias de suprimento sustentáveis. Ao fazê-lo, não apenas mitigam impactos ambientais negativos, mas também fortalecem sua reputação e engajamento com a comunidade local. Além disso, colaborações estratégicas entre empresas e outros stakeholders, como ONGs e governo local, podem amplificar os impactos positivos e promover um ecossistema econômico mais resiliente e inclusivo em Romaria. Essas parcerias permitem o compartilhamento de recursos, conhecimentos e capacidades para enfrentar desafios complexos de forma mais eficaz, alinhando os interesses comerciais com as necessidades de desenvolvimento sustentável da região.

Quanto ao grupo 4. Setor Público, algumas observações são: ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis foram encontrados mistos: população de baixa renda com tempo de deslocamento superior a uma hora é baixa, mas mortes no trânsito são muito altas. ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Eficazes a taxa de homicídio juvenil e mortes por agressão são zero, mas há grandes lacunas em governança. Já a ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação resultado muito Baixo em receitas municipais arrecadadas.

Elkington (2020) destaca a importância crítica da governança e da transparência na promoção da sustentabilidade urbana. Ele argumenta que o setor público desempenha um papel fundamental na criação e implementação de políticas que visam transformar cidades em ambientes mais sustentáveis. Em Romaria, essa perspectiva é relevante para o grupo de stakeholders do setor público, que inclui governantes locais, órgãos reguladores e outras instituições governamentais. A governança eficaz envolve não apenas a formulação de políticas ambientais, mas também a garantia de que essas políticas sejam implementadas de maneira transparente e participativa. Isso inclui o engajamento ativo com os cidadãos e outros stakeholders para garantir que suas necessidades e preocupações sejam incorporadas nas decisões políticas. No contexto urbano de Romaria, políticas que promovam energia limpa, mobilidade sustentável, gestão de resíduos eficiente e acesso a serviços básicos são

fundamentais para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e para o bem-estar geral da população.

Além disso, Elkington (2020) argumenta que a transparência na gestão pública é essencial para construir confiança e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e equitativa. Isso é crucial para criar um ambiente propício ao investimento sustentável e à inovação na governança urbana. Em conjunto com outros grupos de stakeholders, como empresas locais, ONGs e comunidades, o setor público pode desempenhar um papel catalisador na transformação de Romaria em uma cidade modelo de sustentabilidade, onde os benefícios econômicos, ambientais e sociais são alcançados de maneira equilibrada e inclusiva.

No grupo 5. Instituições Educacionais, algumas questões a serem refletidas são: ODS 4: Educação de Qualidade com desempenho misto: altas taxas de acesso à internet e infraestrutura, mas grandes problemas em alfabetização e formação de professores. ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima com resultado muito baixo e altas emissões de CO² per capita e gestão de riscos e prevenção a desastres naturais insuficiente.

Sterling (2020) defende a integração da educação para a sustentabilidade em todos os níveis de ensino como um meio de promover uma cultura de sustentabilidade. Ele argumenta que as instituições educacionais desempenham um papel crucial na formação de futuros cidadãos e profissionais conscientes dos desafios ambientais e sociais contemporâneos. Integrar a sustentabilidade no currículo escolar não apenas aumenta a conscientização sobre questões ambientais, mas também prepara os alunos para se tornarem agentes de mudança em suas comunidades.

No contexto de Romaria - MG, as instituições educacionais têm o potencial de serem catalisadoras importantes para promover práticas sustentáveis entre os estudantes, suas famílias e a comunidade em geral. Ao incluir a sustentabilidade como um tema transversal nos currículos escolares, desde a educação infantil até o ensino médio, as escolas podem não apenas transmitir conhecimento teórico, mas também cultivar atitudes e comportamentos pró-sustentabilidade. Isso pode incluir programas extracurriculares, projetos de pesquisa comunitária e parcerias com outras partes interessadas locais para implementar práticas sustentáveis no próprio ambiente escolar e além dele. Integrar a educação para a sustentabilidade nas instituições educacionais de Romaria não só fortalecerá a conscientização sobre os ODS e questões ambientais locais, mas também preparará uma nova geração de líderes e cidadãos comprometidos com um futuro sustentável para a cidade e suas comunidades circundantes.

Em relação ao grupo 6. Setor de Saúde devem ser consideradas: ODS 3: Saúde e Bem-Estar, a taxa de mortalidade infantil e gasto per capita são positivos, mas cobertura vacinal e doenças transmissíveis apresentam grandes desafios. Na ODS 6: Água Potável e Saneamento com resultado muito baixo, pois falta de saneamento básico e abastecimento de água adequado. ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis encontra-se mistos com bons índices em infraestrutura esportiva, mas altas mortes no trânsito.

McMichael e Lindgren (2019) enfatizam a interdependência entre saúde e sustentabilidade ao argumentar que sistemas de saúde resilientes e inclusivos são fundamentais para promover o bem-estar humano a longo prazo. Eles destacam que a saúde das populações está intrinsecamente ligada às condições ambientais e socioeconômicas, sendo essencial adotar abordagens integradas que considerem tanto os aspectos médicos quanto os ambientais e sociais. Isso inclui a promoção de políticas públicas que fortaleçam a infraestrutura de saúde, melhorem o acesso aos serviços essenciais e promovam práticas de cuidado que minimizem o impacto ambiental.

Relacionando esses conceitos com o grupo 6, o Setor de Saúde é crucial na promoção da sustentabilidade ao adotar práticas que não apenas tratam doenças, mas também contribuem para a resiliência ambiental e social das comunidades. Isso pode ser alcançado através de iniciativas como a redução do uso de recursos não renováveis nos serviços de saúde, o desenvolvimento de estratégias de adaptação às mudanças climáticas e a promoção de estilos de vida saudáveis que também sejam ambientalmente sustentáveis. Além disso, os sistemas de saúde podem liderar esforços para educar a população sobre os vínculos entre saúde e ambiente, incentivando a conscientização e a adoção de comportamentos que promovam tanto o bem-estar pessoal quanto o equilíbrio ambiental.

O grupo 7. Turistas e Visitantes alguns pontos que merecerem atenção são a ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico que apresentou um PIB per capita alto, mas taxas de desemprego juvenil e população que não estuda nem trabalha são preocupantes. Na ODS 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis têm o misto de boas condições de habitação, mas falta de dados em alguns aspectos importantes.

Weaver (2021) argumenta que o turismo sustentável deve equilibrar as necessidades econômicas, ambientais e culturais para garantir benefícios a longo prazo para todos os envolvidos. Esse equilíbrio significa que o desenvolvimento do turismo não deve comprometer a integridade ambiental dos destinos, nem prejudicar a autenticidade cultural das comunidades locais. Em vez disso, deve ser projetado para apoiar a conservação dos recursos naturais e promover práticas que respeitem e preservem a cultura local.

Relacionando isso com o grupo de Turistas e Visitantes, seria importante educar os visitantes sobre a importância do turismo sustentável. Isso envolve incentivar comportamentos responsáveis durante as viagens, como minimizar o desperdício, apoiar negócios locais e respeitar os costumes e tradições locais. Turistas bem informados podem contribuir para conservação ambiental e no fortalecimento cultural das comunidades que visitam, contribuindo assim para um turismo mais sustentável e positivamente impactante.

O grupo 8. Agricultores e Produtores Rurais, destaca-se os seguintes pontos: ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável a desnutrição infantil é baixa, mas produção agrícola familiar e orgânica são muito insuficientes. ODS 6: Água Potável e Saneamento deve ser focalizada a falta de tratamento de esgoto e abastecimento de água. ODS 15: Vida Terrestre, as áreas florestadas e instrumentos de financiamento da proteção ambiental são insuficientes.

Altieri e Nicholls (2020) destacam que a agroecologia oferece um paradigma alternativo para a agricultura, enfatizando práticas que promovem a sustentabilidade e a resiliência dos sistemas agrícolas. Essa abordagem não apenas visa aumentar a produtividade agrícola de forma sustentável, mas também a conservação dos recursos naturais, a diversificação de culturas e a promoção da biodiversidade. Ao integrar princípios agroecológicos, como o manejo integrado de pragas, o uso eficiente de recursos hídricos e a minimização do uso de insumos químicos, os agricultores podem reduzir os impactos ambientais negativos enquanto mantêm a viabilidade econômica de suas operações.

Relacionando isso com o grupo de Agricultores e Produtores Rurais, a adoção da agroecologia pode oferecer benefícios significativos. Agricultores que implementam práticas agroecológicas tendem a melhorar a saúde do solo, aumentar a resiliência às mudanças climáticas e reduzir a dependência de insumos externos, o que pode resultar em custos reduzidos e maior estabilidade econômica a longo prazo. Além disso, ao adotar técnicas que respeitam os ciclos naturais e promovem a biodiversidade, os agricultores podem contribuir para a conservação dos recursos naturais locais e para a segurança alimentar das comunidades rurais. Portanto, a agroecologia não só representa uma estratégia viável para a sustentabilidade

agrícola, mas também oferece benefícios econômicos, ambientais e sociais significativos para os agricultores e para a sociedade como um todo.

Por último, tem-se o grupo 9. Meio Ambiente e Recursos Naturais que merece atenção quanto aos pontos: ODS 6: Água Potável e Saneamento com a falta de infraestrutura básica de água e saneamento. ODS 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima com altas emissões de CO² e falta de estratégias de gestão de riscos. ODS 14: Vida na Água com falta de tratamento de esgoto antes de chegar aos cursos d'água e ODS 15: Vida Terrestre com insuficiência de unidades de conservação e áreas florestadas.

Daly e Farley (2019) defendem que a sustentabilidade ecológica deve ser a pedra angular de todas as atividades econômicas e sociais, enfatizando a necessidade de garantir que os recursos naturais sejam utilizados de forma prudente e que os impactos ambientais sejam minimizados ao máximo. Esta abordagem implica em adotar práticas que respeitem os limites ecológicos do planeta, promovendo a conservação da biodiversidade, a preservação dos ecossistemas e a mitigação das mudanças climáticas.

Relacionando isso com o grupo de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a visão de Daly e Farley (2019) ressalta a importância de políticas e práticas que promovam a gestão sustentável dos recursos naturais. Isso inclui não apenas a conservação de áreas protegidas e a restauração de ecossistemas degradados, mas também a implementação de práticas agrícolas e industriais que minimizem a poluição e o desperdício de recursos. Além disso, a integração da sustentabilidade ecológica nas políticas públicas pode beneficiar diretamente as comunidades que dependem dos recursos naturais para seu sustento, garantindo a resiliência dos ecossistemas e a qualidade de vida das populações locais. Portanto, a adoção de princípios de sustentabilidade ecológica não só protege o meio ambiente, mas também contribui para a sustentabilidade econômica e social a longo prazo, promovendo um equilíbrio harmonioso entre as necessidades humanas e os limites naturais do planeta.

Os resultados indicam que Romaria, MG enfrenta grandes desafios em diversos ODS, especialmente em áreas relacionadas a água e saneamento, desigualdades econômicas e sociais, infraestrutura urbana, e governança. As partes interessadas, incluindo moradores, ONGs, empresas, setor público, e instituições educacionais, têm potencial para atuar na melhoria desses indicadores, buscando um desenvolvimento mais sustentável e equitativo para a comunidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a incorporação da perspectiva dos stakeholders na gestão municipal de Romaria aponta um panorama multifacetado da governança local, destacando os desafios e oportunidades enfrentados pelos gestores municipais. O objetivo geral de analisar como os gestores municipais integram a perspectiva dos stakeholders na gestão foi atingido, proporcionando uma compreensão abrangente dos mecanismos e práticas adotadas, bem como das áreas que necessitam de melhorias.

Os resultados indicam que, embora haja esforços significativos para envolver os stakeholders na gestão municipal, esses esforços ainda são limitados por vários fatores, incluindo a falta de recursos, a resistência a mudanças e a necessidade de maior capacitação dos gestores. A estratégia de EESSGG mostrou-se uma ferramenta eficaz para potencializar os resultados, promovendo uma governança mais inclusiva e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Exemplos específicos incluem a melhoria da participação comunitária, a criação de parcerias mais robustas com ONGs, e a promoção de práticas empresariais sustentáveis.

O estudo atingiu o objetivo proposto ao analisar detalhadamente como os gestores municipais de Romaria incorporam a perspectiva dos stakeholders na gestão. A pesquisa identificou tanto as práticas eficazes quanto as lacunas existentes, fornecendo uma base sólida para futuras intervenções e melhorias.

A problemática central, que questiona como os gestores municipais incorporam a perspectiva dos stakeholders na gestão em Romaria, foi respondida de maneira abrangente. A pesquisa revelou que, embora haja esforços para envolver diferentes partes interessadas, como moradores, empresas locais, turistas e gestores públicos, ainda há um caminho a ser percorrido para que a gestão municipal se torne plenamente participativa e sustentável.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para a literatura sobre gestão pública e sustentabilidade ao aprofundar a discussão sobre a aplicação da estratégia de EESSGG em cidades de pequeno porte. Ele propõe uma categorização detalhada dos stakeholders e integra indicadores concretos (IDCS-BR) para avaliar o alinhamento das práticas de gestão urbana com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ampliando o debate sobre governança socioambiental e educação para a sustentabilidade em contextos municipais.

Em termos gerenciais, compreende-se que a pesquisa é relevante para gestores públicos de destinos turísticos e cidades pequenas, pois oferece recomendações práticas sobre como aprimorar a inclusão dos diferentes grupos de stakeholders, aumentar a transparência nos processos decisórios e adotar estratégias de desenvolvimento sustentável adaptadas à realidade local. O estudo também sugere caminhos para a implementação de políticas públicas mais participativas e eficazes, capazes de promover resultados concretos e mensuráveis.

Quadro 6 – Contribuições do Estudo

Dimensão	Contribuição Principal
Teórica	Avanço na literatura sobre gestão pública sustentável, especialmente em cidades de pequeno porte, ao integrar a abordagem EESSGG e propor categorias para análise de stakeholders.
Prática	Recomendações para gestores municipais sobre inclusão de stakeholders, transparência e estratégias de desenvolvimento sustentável adaptadas à realidade local.
Social	Incentivo à participação ativa da sociedade, fortalecimento da governança local e promoção de políticas públicas orientadas à equidade e sustentabilidade de longo prazo.

Fonte: Autoras (2024)

As contribuições sociais se estabelecem em torno do fortalecimento da participação cidadã e da corresponsabilidade social na gestão urbana. O estudo incentiva o engajamento dos diversos atores locais, promovendo a equidade, a justiça social e a sustentabilidade a longo prazo. Ao valorizar a educação para a sustentabilidade e a governança participativa, a pesquisa contribui para a construção de comunidades mais resilientes, inclusivas e preparadas para enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável.

As limitações da pesquisa são, principalmente, de natureza metodológica: a ausência de entrevistas diretas com stakeholders pode ter limitado a profundidade da compreensão de suas perspectivas e o período de análise foi relativamente curto, o que pode não capturar todas as nuances das mudanças e adaptações na gestão municipal.

Pesquisas futuras poderiam comparar a incorporação da perspectiva dos stakeholders em diferentes municípios, permitindo uma análise mais ampla e comparativa. Estudos longitudinais poderiam avaliar o impacto das políticas de envolvimento dos stakeholders ao longo do tempo, proporcionando insights sobre a sustentabilidade das práticas adotadas.

Investigar o impacto de intervenções específicas, como programas de capacitação para gestores e projetos de co-criação com a comunidade, para entender melhor suas efetividades.

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2020). *Agroecology: Science and Politics*. 2nd ed. Abingdon: Routledge.
- Beck, D. (2023). The EESSGG proposition for stakeholder-oriented urban management performance: a theoretical perspective. *J. Environ. Manag. & Sust.*, 12(1), 1-27, e23099. <https://doi.org/10.5585/geas.v12i1.23099>
- Belinky, A. (2021). Seu ESG é sustentável?. *GV-EXECUTIVO*, 20(4).
- Bernardi Zorzo, F., Lazzari, F., Severo, E. A. ., & Ferro de Guimarães , J. C. . (2022). Desenvolvimento Sustentável E Agenda 2030: Uma Análise Dos Indicadores Brasileiros. *Revista Gestão E Desenvolvimento*, 19(2), 160–182. <https://doi.org/10.25112/rgd.v19i2.3114>
- Carroll, A. B. & Buchholtz, A. K. (2011) *Business and society: ethics and stakeholder management*. Mason-USA: South-Western Cengage Learning.
- Daly, H. E., & Farley, J. (2019). *Ecological Economics: Principles and Applications*. 2nd ed. Washington, DC: Island Press.
- Dos Anjos, M. A. D. (2013). Rádio romeiro e o uso da educomunicação na festa de Nossa Senhora da Abadia em Romaria-MG. *Revista Triângulo*, 6(2).
- Elkington, J. (2020). *Green Swans: The Coming Boom in Regenerative Capitalism*. New York: Fast Company Press.
- Freeman, R. E. (1984). *Strategic management: A stakeholder approach*. Massachusetts: Pitman.
- Freeman, R. E., & McVea, J. (2006). A stakeholder approach to strategic management. In M. A. Hitt, E. Freeman, & J. S. Harinson (Eds.), *The Blackwell handbook of strategic management* (pp. 189-207). Oxford: Blackwell Publishing.
- Freeman, R. E. (2010). Managing for Stakeholders: Trade-offs or Value Creation. *Journal of Business Ethics*, 96(S1), 7–9.
- Freeman, R. E., Harrison, J. S., & Wicks, A. C. (2007). *Managing for stakeholders: Survival, reputation, and success*. Yale University Press.
- Freeman, R. E. (2020). About the Stakeholder Theory. Disponível em <http://stakeholdertheory.org/about/>
- Gomes Rocha Ferreira, L. B., Ames, A. C., Kroenke, A., & Hein, N. (2022). Desenvolvimento sustentável das cidades: entropia nos indicadores e o ranking das capitais e regiões brasileiras. *Desenvolve : Revista de Gestão Do Unilasalle*, 11(2), 1.

Harrison, J., Freeman, E., & Abreu, M. C. S. (2015). Stakeholder theory as an ethical approach to effective management: Applying the theory to multiple contexts. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 17(55), 858-869.

IDCS-BR. Instituto Cidades Sustentáveis. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil, 2024.

Irigaray, HAR e Stocker, F. (2022). ESG: novo conceito para velhos problemas. *Cadernos EBAPE. BR*, 20, 1-4.

Krosinsky, C., & Robins, N. (Eds.). (2012). *Sustainable investing: The art of long-term performance*. Routledge.

Kumi, E., Yeboah, T., & Arhin, A. A. (2020). Sustainable Development Goal (SDG) 17 and the Global Partnership for Sustainable Development: Exploring the Role of Partnership in Advancing the SDGs. *Progress in Development Studies*, 20(1), 1-16.

Lima, M. T. V., da Silva, M. I., Oliveira, C. W., Firmino, P. R. A., & dos Santos Souza, J. (2021). Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável Aplicado aos Municípios da Região Metropolitana do Cariri. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 17(1).

Macedo, L. O. B., Wingert, G. S., & Barbosa, A. M. (2023). Conjuntura econômica baseada no agronegócio e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): Uma avaliação do município de Rondonópolis, Mato Grosso. *Desenvolvimento em Questão*, 21(59), e13227-e13227.

Marzzoni, D. N. S., De Freitas, R. U. C., de Oliveira, L. A., da Silva, A. W. F., & Neres, J. N. L. (2021). Análise bibliométrica: pesquisa científica acerca dos stakeholders. *Brazilian Journal of Development*, 7(3), 29919-29936.

McMichael, A. J., & Lindgren, E. (2019). Climate Change and Health: Impacts, Vulnerability, Adaptation and Mitigation. *The Lancet*, 394(10206), 552-560.

Menezes, DC, Vieira, DM, & dos Santos, AP (2020). A Teoria dos Stakeholders no Brasil: produção acadêmica no período de 2014 a 2019. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 19 (4), 119-150.

Moraes, M. D., Junckes, I. J., & Zonatto, D. (2023). Métricas e monitoramento para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Litoral do Paraná: avanços e desafios. *Guaju: Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável*, 9, 285.

Nascimento, L. D., Acruz, C. S., da Silva, J. V., da Silva, J. A., do Nascimento João, B., Pacheco, C. S. G. R., ... & dos Santos Benvindo, J. (2024). Contexto histórico da governança social, ambiental e corporativa (ESG) e os seus impactos sobre as organizações: Uma revisão de literatura. *Seven Editora*.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. Setting the Agenda for 2025 – 10 Priorities for Business at OECD (BIAC). Paris: OECD, 2025. Disponível em: [https://www.businessatoecd.org/hubfs/Setting%20the%20Agenda%20for%202025%20-%2010%20Priorities%20for%20Business%20at%20OECD%20\(BIAC\).pdf](https://www.businessatoecd.org/hubfs/Setting%20the%20Agenda%20for%202025%20-%2010%20Priorities%20for%20Business%20at%20OECD%20(BIAC).pdf)

Oliveira, L. M. S. R. D., Coelho, A. C. M., Silva, A. P. L. D., Oliveira, L. S. D., & Alves, R. M. (2023). Plano Diretor Participativo do Município de Petrolina e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): um diálogo necessário para o desenvolvimento territorial sustentável.

Our common future. By World commission on environment and development. (London, Oxford University Press, 1987, pp.383 £5.95.)

Pimentel, G. S. R. (2019). O Brasil E Os Desafios Da Educação E Dos Educadores Na Agenda 2030 Da ONU. *Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar Em Educação E Pesquisa*, 1(3), 22–33. <https://doi.org/10.36732/riep.v1i3.36>

Pollman, E., & Fabisik, K. (2022). The origins and consequences of the ESG moniker. University of Pennsylvania Carey Law School, Institute for Law and Economics Research Paper, 22-23.

Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2019). Creating Shared Value: Competitive Advantage through Social Impact. *Harvard Business Review*, 97(6), 42-53.

Ramada, Ó. T., Stefani, S. R., Chiusoli, C. L., & Penteado, J. A. (2023). Os objetivos do desenvolvimento sustentável - um estudo de caso em uma reformadora de pneus à luz da teoria dos stakeholders. *Administração de Empresas em Revista*, 3(33), 521-549.

Sachs, J. D. (2019). *The Ages of Globalization: Geography, Technology, and Institutions*. New York: Columbia University Press.

Santos, R. V. O. (2023). O ecossistema de inovação no estado do Pará: um panorama sustentável para a bioeconomia local. *Revista Foco*, 16(5), e1730.

Schoenmaker, D., & Schramade, W. (2018). Principles of sustainable finance. Oxford University Press.

Sterling, S. (2020). *Sustainable Education: Re-visioning Learning and Change*. 2nd ed. Abingdon: Routledge.

UNESCO. Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de aprendizagem, 2017.

Weaver, D. (2021). *Advanced Introduction to Sustainable Tourism*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing.